



REFORMA MINISTERIAL

De olho em 2026, Lula mexe no tabuleiro

Presidente dá hoje posse a Gleisi na SRI e a Padilha na Saúde. Bons articuladores, ministros têm o desafio de desatar nós do governo

» ISRAEL MEDEIROS

Ricardo Stuckert / Presidência da República



Gleisi Hoffmann, o presidente Lula e Alexandre Padilha no Planalto: chefe do Executivo decidiu manter com o PT uma pasta estratégica para o governo

Após de soluções para contornar a crise de popularidade que pode custar a eleição de 2026, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai empossar na tarde de hoje, às 15h, dois ministros no Palácio do Planalto. A deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR) assume a articulação política do Planalto na Secretaria de Relações Institucionais (SRI) e Alexandre Padilha, seu antecessor, assume o Ministério da Saúde. A fase atual do governo remonta não só à impopularidade da segunda metade do primeiro governo Dilma, mas também a elementos de sua escaladação na Esplanada. Gleisi e Padilha foram colegas de governo de 2011 a 2014. Na época, a parlamentar comandava a Casa Civil.

Na última quarta-feira, os novos ministros postaram uma foto de mãos dadas. O encontro, segundo Padilha, foi para conversar sobre a transição do cargo. Conversaram sobre o Conselho e sobre a agenda prioritária do governo no Congresso. “Este é apenas o começo de uma série de reuniões que farão parte dessa transição, sinalizando o início de um grande trabalho sob a liderança da nossa presidenta-ministra”, escreveu o político.

Embora não seja mais a número dois do Executivo (hoje esse cargo está nas mãos do baiano Rui Costa, também do PT), Gleisi volta a assumir um papel de protagonismo em um governo petista. Ela é a primeira mulher a comandar a SRI e terá pela frente o desafio de negociar com os presidentes e líderes do Congresso (em sua maioria homens) para fazer avançar diversas pautas econômicas para tentar melhorar a popularidade do governo.

Por seu gabinete passarão as articulações de todos os projetos que o Executivo quer ver aprovados neste ano, junto aos presidentes e líderes partidários da Câmara e do Senado Federal. Dentre eles a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil (uma promessa de campanha de Lula), mudanças na previdência de militares e os projetos que integram a Reforma Tributária sobre o consumo, aprovada em 2024.

Ao longo dos últimos dois anos, Padilha foi amplamente criticado

por líderes do Congresso e pelo próprio presidente da Câmara (agora fora do cargo), Arthur Lira (PP-AL), que o chamou de “incompetente”. Apesar disso, o governo conseguiu contornar a situação e fazer avançar temas, como o pacote de corte de gastos, no fim de 2024. Padilha saiu por cima e teve sobrevida no governo, mesmo com o descontentamento de líderes do Legislativo.

Sua situação melhorou com a eleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) para a presidência da Câmara com o apoio do governo. Vários ministros, incluindo o próprio Padilha, deixaram seus cargos temporariamente para retornar ao Congresso e votar em Motta e em Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) no Senado.

O problema de Gleisi, na avaliação dos parlamentares, é diferente dos de Padilha. Apesar de ser boa

articuladora e de ter experiência tanto como deputada quanto senadora, seus posicionamentos firmes são vistos como um empecilho para a construção de acordos, especialmente com a oposição liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Mesmo depois de ser anunciada para o cargo, por exemplo, Gleisi manteve a rotina de críticas quase diárias a Bolsonaro em seus perfis nas redes sociais, o que pode dificultar o trato com líderes do PL, por exemplo.

Desembarque

Em várias postagens nas redes sociais, a futura ministra faz uma dobradinha com seu namorado, o líder do PT Lindbergh Farias (PT-RJ) — a quem derrotou em eleições para a presidência do partido. No último mês, os dois atuaram

para apresentar ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedidos em nome do PT e da bancada do partido na Câmara para apreender o passaporte do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho 03 do ex-presidente Bolsonaro.

O alinhamento de discursos entre a nova chefe do SRI e o líder do PT na Câmara pode ser mais um empecilho ao diálogo com os parlamentares, incluindo os do Centrão, que, pouco a pouco, ensaiam um desembarque do governo. A avaliação é que a tribuna da Câmara é uma coisa e o comando da SRI, outra. Com a queda de popularidade de Lula e a indisposição, até agora, de colocar mais nomes do Centrão no governo, esse grupo político começa a vender mais caro seu apoio.

Pesa a favor de Gleisi, no entanto, a proximidade com Lula. Foi sob

a sua presidência no PT, em 2018, que o agora presidente foi preso depois de uma extensa persecução criminal na Operação Lava-Jato, liderada à época pelo então juiz — e hoje senador — Sergio Moro (União Brasil-PR). Ela foi presença constante no acampamento Lula Livre, montado por apoiadores em frente à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba (PR) durante o período em que o petista ficou preso (2018-2019).

Antes, em 2016, esteve na linha de frente de Dilma no Congresso para tentar evitar que a então presidente sofresse impeachment. Depois que o Senado aprovou o impeachment, em agosto daquele ano, Dilma fez um pronunciamento emocionado em tom de despedida junto a aliados. Ao seu lado estavam Gleisi e Lindbergh Farias, à época senador.

Quando Lula decidiu demitir Nísia Trindade, no fim de fevereiro, o Centrão começou a pressionar o Planalto para que o petista escolhesse um nome do grupo político para a SRI. Gleisi já era sondada para integrar o governo, mas para o lugar de Márcio Macêdo, ministro da Secretaria-Geral de Governo, pasta responsável por dialogar com movimentos sociais. A petista, no entanto, demonstrou interesse em comandar a articulação política e foi atendida.

Quem é cotado para esse cargo, agora, é Guilherme Boulos (PSol). Se confirmada a escolha, essa poderá ser a fase mais “à esquerda” do governo até agora, já que o psolista, conhecido por seus posicionamentos firmes e pela atuação no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em São Paulo, dão-lhe status de “radical”.

Nova casa

Com dois anos de governo, o médico infectologista e deputado federal Alexandre Padilha também volta a um local familiar: o Ministério da Saúde, que deixou há cerca de nove anos. Filiado ao PT desde os 17 anos, o ministro, que tem PhD em Saúde Pública pela Unicamp, também já foi secretário de Saúde na gestão de Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo (2015-2016).

Sua primeira passagem pelo Ministério da Saúde teve altos e baixos. Foi sob sua gestão, por exemplo, que o governo criou o programa Mais Médicos, que trouxe profissionais cubanos para atuar no interior do país. À época, diversas entidades representativas de médicos criticaram a medida, alegando que ela ameaçava os padrões técnicos adotados pelos profissionais brasileiros.

O projeto, no entanto, virou uma marca do governo Dilma e ganhou até um novo formato no governo Lula 3. O objetivo de Padilha agora também é o de criar programas que possam servir de vitrine para 2026. A falta de uma “marca” na Saúde depois de uma campanha eleitoral marcada pelo contraponto ao negacionismo de Bolsonaro durante a pandemia foi o que derrubou sua antecessora, Nísia.

Análise

Disputa por fundo eleitoral divide cúpula petista

» LUIZ CARLOS AZEDO

Subiu no telhado a candidatura à presidência do PT do ex-prefeito de Araraquara Edinho Silva, que tinha o apoio do presidente Luiz Inácio da Silva, “ma non troppo”. Pode perdê-lo por não conseguir unir a principal corrente do partido, Construindo o Novo Brasil (CNB). Lula nunca tornou público esse apoio e, ao nomear Gleisi Hoffmann para a Secretaria de Articulação Política do Governo, enfraqueceu seu próprio candidato, na queda de braços pelo controle da gestão dos recursos financeiros do partido. No ano passado, o fundo eleitoral do PT foi de R\$ 619,9 milhões.

Existe uma disputa acirrada entre os principais líderes do CNB pelo comando da legenda. Edinho Silva é apoiado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o ex-ministro José Dirceu, líder histórico do PT, que voltou a atuar fortemente nos bastidores do partido, principalmente em São Paulo. Entretanto, Edinho não chegou a um acordo com Gleisi, que não abre mão de manter a atual tesoureira no cargo, a mineira Gleide Andrade. Edinho quer indicar outro nome para o cargo, o qual ele já exerceu e cuja importância conhece bem. Sem isso, avalia que seria uma rainha da Inglaterra.

A queda de braços abriu espaço para que outras lideranças do CNB entrassem na disputa com Edinho, principalmente o líder do governo na Câmara, José Guimarães (CE), que tem forte apoio na bancada federal e do ministro Wellington Dias, do Desenvolvimento e Assistência Social. Correr por fora o senador Humberto Costa (PE), que se coloca como

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Mandato-tampão: Humberto Costa assumiu presidência interina do PT

“tertius”, com apoio do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (BA). Existe uma articulação nas bancadas do Nordeste para que o comando do PT não volte para São Paulo.

Edinho também enfrenta problemas com Jilmar Tatto, que controla a Comunicação do partido e representa a Democracia Socialista (DS), segunda maior corrente, outro que não

abre mão de controlar essa secretaria. A corrente é integrada por lideranças históricas do PT, principalmente do Rio Grande do Sul, como Maria do Rosário e Miguel Rosseto, e tem muita presença nos movimentos sociais e identitários.

Comida de onça

Durante sua gestão, Gleisi construiu forte aliança com Gleide e Tatto, além de contar com o apoio do presidente Lula. Com o deputado Lindbergh Farias (RJ), novo líder da bancada do PT, seria um apoio fundamental para a eleição de Edinho. Outros líderes importantes do CNB não estão se pronunciando sobre a disputa, como Aloizio Mercadante, atual presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (DNDES), e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira. Ambos são aliados de Gleisi.

A esfinge nesse processo é o deputado Rui Falcão, que já presidiu a legenda, outra liderança

histórica do CNB, que não apoia Edinho Silva. Movimentou-se, porém, como quem pretende entrar na disputa pelo comando do PT. Aliado de Gleisi, como a nova ministra da Articulação Política, faz fortes críticas à política econômica implementada por Fernando Haddad. Outro ator importante é o prefeito de Maricá (RJ), Washington Quaquá, que entrou de sola na disputa para inviabilizar Edinho Silva e tornou pública as resistências ao ex-prefeito de Araraquara.

A candidatura de Edinho Silva surgiu fortemente vinculada a três tarefas políticas: ampliar as alianças do PT no Congresso, dar sustentação ao ministro Fernando Haddad e mobilizar o PT na sociedade para apoiar as políticas públicas do governo. Com o enfraquecimento de Haddad e a opção de Lula buscar consolidar suas alianças à esquerda e não com os aliados do Centrão, nos quais não confia eleitoralmente, Edinho corre o risco de virar comida de onça na luta interna do PT.